

AS DIFICULDADES DE INSERÇÃO DOS ÍNDIOS GUARANIS NA SOCIEDADE URBANA APÓS A EXTINÇÃO DOS REDUTOS MISSIONEIROS E A VISÃO MINIMALISTA DOS INDÍGENAS PELA SOCIEDADE URBANIZADA

The difficulties of integration of society in urban guarani indians, after termination of strongholds missionaries to the present day

Denise Tatiane Girardon dos Santos¹⁶¹

Resumo

No presente artigo será discorrido sobre a forma de como os índios da tribo Guaraní, após o território dos Sete Povos das Missões ter passado a pertencer a Portugal, conviveram no mesmo espaço geográfico ocupado pelos colonizadores europeus, e o modo inferiorizado como estes os tratavam; bem como, as dificuldades dos indígenas em se adequarem à nova sociedade. Tal estudo motivou-se tendo em vista que, após a ocupação dos Sete Povos, criou-se uma sociedade com costumes estranhos aos dos nativos, de modo que estes não encontraram formas de nela se inserirem, pois, além de possuírem culturas e tradições diversas, ainda encontraram resistência daqueles em buscarem conhecimento sobre sua cultura, culminando na sua marginalização da sociedade rio-grandense. Com isso, restará demonstrado que tais fatos culminaram em séculos de marginalização dos índios, eis que eles nunca foram inseridos, totalmente, na sociedade brasileira, sendo que o Brasil ainda não obteve êxito em tutelá-los efetivamente, situação que permanece, praticamente, inalterada, até a atualidade.

Palavras-chave

Evolução histórica. Colonização. Marginalização. Índio.

Abstract

In the present article shall be discorred on how to how the Guaraní Indian Tribe, after the territory of Seven Towns Missions happened to belong to Portugal, lived in the same geographical space occupied by European settlers, and the way they treated them as inferior, as well as the difficulties of indigenous fit the new society. This study was motivated in order that, after the occupation of Seven Towns, created a company with the strange customs of the natives, so they have found ways to insert themselves into it, because, besides having different cultures and traditions also encountered resistance in those seeking knowledge about their culture, culminating in their marginalization in society Rio Grande. Thus, these facts

161 Advogada, bacharel em Direito pela Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. E-mail: girardon_15@hotmail.com

remain demonstrated that culminated in centuries of marginalization of Indians, behold, they were never inserted, fully, in Brazilian society, while Brazil has not yet succeeded in guardianship them effectively, a situation that remains virtually unchanged, until today.

Keywords

Historical evolution. Colonization. Marginalization. Indian.

Sumário

1. Introdução 2. O índio guarani 3. A necessidade de proteção aos índios 4. As culturas indígena e urbana 5. Considerações finais 6. Referências

INTRODUÇÃO

No presente artigo, será tratado sobre a forma como o índio guarani, após o território dos Sete Povos das Missões ter passado a pertencer a Portugal, passou a viver e a conviver com os novos colonizadores luso-brasileiros e de outras nações europeias; bem como sobre as dificuldades que eles passaram a enfrentar com a nova sociedade/cultura que se instaurava em território gaúcho.

Após a ocupação, principalmente dos Sete Povos das Missões, onde os índios guarani mantinham seus redutos, eles passaram a enfrentar grandes dificuldades em prosseguir desenvolvendo suas tradições e culturas, uma vez que estas estão, intimamente, ligadas à terra, que foi ocupada pelos colonizadores. Assim, a maioria dos integrantes da tribo Guarani buscou a inserção na nova sociedade; contudo, não foram bem recepcionados pelos colonizadores, que poucas informações tinham a respeito dos indígenas, e não detinham interesse em conhecê-los, haja vista que os consideravam como pessoas destituídas de cultura, e que, por conta disso, os viam como pessoas indignas de constituírem tanto a nova sociedade luso-portuguesa, quanto aquelas criadas por outros povos que, igualmente, colonizaram, posteriormente, o Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, os nativos passaram a ocupar a margem da sociedade rio-grandense, e a característica social de desinformação sobre eles permanece inalterada até os dias de hoje, pois, mesmo que, atualmente, existam legislações que preveem a proteção à cultura, tradições e modo de vida dos indígenas, tais normas não estão sendo,

efetivamente, aplicadas e respeitadas diante da desinformação e desinteresse que ainda são verificados na sociedade urbana a respeito dos indígenas e de suas particularidades.

O ÍNDIO GUARANI

Conforme destaca Júlio Quevedo (1998, p. 127-148), o índio guarani, após a expulsão dos jesuítas dos Sete Povos das Missões, no ano de 1801, lutou em busca da obtenção de respeito dos novos colonizadores, pelas suas tradições e pelo seu território. Entretanto, não obtendo sucesso, foram marginalizados na nova sociedade que se implantava. Assim,

inicialmente, o índio, ao perceber que seus direitos foram lesados, reage ante a reestruturação das Coroas ibéricas. Após, ele é subjugado e obrigado a aceita-la; por fim, é marginalizado pelo processo. [...] Da mudança das intenções do monarca, resultou a marginalização do guarani-missioneiro no processo de aporuguesamento do Sul do Brasil. O índio não foi inserido como mão-de-obra no circuito produtivo escravista, ficando alijado da estrutura colonial escravista.

A explicação para essa ocorrência é a constante e histórica desinformação da sociedade ocidental sobre a cultura indigenista e sua forma de vida, conforme leciona Luis D. Benzi Grupioni (2001, p. 10), ao dizer que

a manutenção dessa identidade social coletiva por parte dos índios passa pela manipulação de suas especificidades culturais e dos estereótipos da sociedade envolvente, mas não implica a anulação de suas marcas técnicas. Ao contrário, apesar de índios, esses diferentes grupos continuam a ver a si mesmos e a se pensar como formações sócias homogêneas e distintas entre si: um yanomami, ou um guarani, antes de pensar em si mesmo como índio, se vê como yanomami, ou guarani.

Assim, percebe-se que a identidade dos Guarani e das demais tribos, existentes do Estado do Rio Grande do Sul, não foi reconhecida pelos novos colonizadores, estes que identificavam todos eles como índios, apenas, não sendo a sociedade capaz de individualizá-los por suas peculiaridades e respeitá-los por isso.

Destaca-se que desde a chegada dos colonizadores ao continente americano, já foi implantada a cultura da minimalização dos índios. Prova disso o ato de que os nativos americanos eram chamados, em um primeiro momento, de índios, porque os colonizadores acreditavam que haviam chegado às Índias. Entretanto, mesmo após restar evidenciado que as terras onde eles haviam atracado se tratava de um novo continente, os nativos continuaram a ser designados como índios, de forma genérica, o que demonstra que os europeus não possuíam interesse em conhecer suas tradições e identificá-los de forma apropriada. Consoante a citação de Júlio César Melatti (1993, p. 28):

Quando os europeus chegaram à América, pensando ter alcançado as Índias, identificaram como 'índios' os habitantes que encontraram. Mesmo depois de verificarem que a América constituía um continente à parte, não ligado à Ásia, conservaram esse nome, que continuou a designar todos os habitantes da América que não fossem europeus.

Mesmo após a ascensão das reduções jesuíticas e da demonstração de todo o seu potencial laboral e cultural, as ressalvas quanto ao índio não deixaram de existir, mormente pelos colonizadores, haja vista que muitos sequer mantiveram contato com os Guarani, formando seu juízo de reprovação somente por informações suspeitas. O indígena era considerado pela sociedade rio-grandense como uma pessoa preguiçosa, com costumes reprováveis, sendo eles, na maioria das vezes, vistos como bêbados e ladrões de gado, incapazes de promoverem seu próprio sustento. Com isso, não houve interesse da sociedade em mantê-los em suas terras, quais sejam, os redutos dos Sete Povos das Missões (FLORES, 1998, p. 123).

Verifica-se que grande parte da formação opinativa sobre o índio foi gerada pela falta de conhecimento sobre sua cultura e pela forma de ele visualizar o mundo e todas as pessoas estrangeiras que passaram a ocupar a sua volta. Conforme coloca Quevedo (1998, p. 33), “aí, o velho ideológico das elites deixa-nos um marasmo. O índio, em estado natural, é um selvagem ignorante: se chega a atingir um grau de cultura mais elevado, deixa de ser índio”.

E pelo passar dos séculos, até a atualidade, a sociedade em geral ainda desconhece a natureza indígena, sendo que, não somente os Guarani, mas todas as tribos que habitam o País, e que somam cerca de duzentas e dez comunidades, não recebem a atenção e a proteção devida. Prova disso é o grande contingente que ocupava o continente americano na época da descoberta pelos europeus e que, atualmente, está reduzido em poucos descendentes. Olavo Machado (1972, p. 25) destaca que,

atualmente, constituem cerca de 210 povos distintos, falando mais de 170 línguas e dialetos conhecidos. No passado, já foram mais povos, com população bem superior à estimada atualmente. Os de hoje são remanescentes dos milhões de habitantes que aqui viviam na época em que os primeiros europeus chegaram e deram à terra o nome de Vera Cruz, depois, Brasil.

Toda essa retórica possui guarida em um dos mais elementares princípios constitucionais: a dignidade da pessoa humana. Como cidadãos brasileiros, os índios, nestes compreendidos os Guarani, gozam de todos os direitos elencados na legislação vigente, devendo, por tal motivo, obter o respeito de todos. Com exatidão, discorre Márcio Beckhausen (2007, p. 40) sobre tal princípio:

O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, que não possui somente uma dimensão ética mas possui eficácia, é um valor que direciona a conclusão acima exposta. Tal eficácia está disposta entre os diversos direitos que compõe o rol das garantias fundamentais estabelecidas na nossa Constituição. É um princípio que nutre de valor tais direitos e direciona uma interpretação que deve ser sempre cotejada com a dignidade da pessoa humana. Em outras palavras: não basta ter vida, é necessário que esta vida seja uma vida digna. Os princípios dispostos na Carta Constitucional revelam valores maiores que se estabelecem de forma fundante e essencial nas normas fundamentais, no Estado e nas relações deste com a sociedade.

Com base nisso, deve, também, haver a alusão ao respeito de suas particularidades – cultura, língua, vestimentas, entre outros, já que esses índios constituem outra forma de sociedade, diversa daquela existente nos centros urbanos, e que precisa ser reconhecida, respeitada e preservada, para gozarem de uma vida digna.

Esse respeito deve estar presente em todo o processo de integração do silvícola à sociedade urbana, se ele assim desejar, sempre procurando manter a coesão das comunidades originais a que fazem parte.

Ocorre que, para tanto, é necessário um trabalho social, por parte do Poder Público, voltado para a educação, tanto dos cidadãos residentes nas cidades – chamados de civilizados – para que conheçam, respeitem e valorizem os indígenas e seus costumes; bem como, dos próprios indígenas para que, quando se inserirem na comunhão nacional, possam também respeitar a forma de vida, os costumes e as peculiaridades daqueles, tendo em vista que todos se devem respeito mútuo. Com tais atitudes, é possível haver a garantia aos índios de todos os seus direitos civis e políticos, uma vez que o índio é um cidadão brasileiro, que merece tratamento respeitoso, com a observância de todos os dispositivos legais (VIDAL, 1983).

Todavia, o reconhecimento do índio como sendo um brasileiro, um cidadão, foi tardio, e ainda é, em demasia, deficiente, situação derivada da própria falta de conhecimento (falta de interesse em conhecer) do indígena brasileiro, consoante se discorre no artigo do IPHAN (1998, p. 4-5):

Raríssimas são as narrativas de espectadores comovidos que vêm trazer às grandes cidades a verdadeira situação do aborígene na sua triste realidade. [...] Trata-se da população original do continente americano, que sobreviveu à conquista e se tornou alvo de proteção oficial, por políticas nacionais. Quando o Estado brasileiro aprendeu a reconhecer os povos indígenas como primeiros habitantes desta terra, estes começaram a obter direitos e garantias sobre o que restava de seu território.

O autor discorre sobre a forma da assistência aos índios ainda não integrados à comunhão nacional, bem como às suas comunidades, como é o caso dos índios da tribo Guarani, aduzindo que a assistência prevista deve ser promovida com fins, justamente, de protegê-los, tendo em vista que não possuem plena capacidade civil; logo, não podem ficar desprotegidos perante a sociedade que para eles é estranha (VIDAL, 1983, p. 63-77).

Entretanto, apesar de, atualmente, haver certa preocupação com a questão indígena, ela ainda é precária e restrita a pequenos grupos que estudam ou se interessam, de uma forma geral, pelo conhecimento e reconhecimento do índio como cidadão. O Brasil enfrenta dificuldades de identificar as tribos que habitam seu território, a língua que falam e as tradições que possuem. Luís Donizete Benzi Grupioni (2001, p. 10) ilustra essa informação a respeito dos índios:

O Brasil [...] desconhece e ignora a imensa sociodiversidade nativa contemporânea dos povos indígenas. Não se sabe ao certo sequer quantos povos nem quantas línguas nativas existem. O reconhecimento ainda que parcial dessa diversidade não ultrapassa os restritos círculos acadêmicos especializados. Hoje, um estudante ou um professor que quisesse saber algo mais sobre os índios brasileiros contemporâneos, aqueles que sobraram depois dos tapuias, tupiniquins e tupinambás, terá muitas dificuldades.

Quanto à legislação, expedida com a finalidade de proteger os indígenas e suas particularidades, foi editada a Lei nº 6.001, em 19.12.1973, que se constituiu no texto normativo regulador da situação jurídica dos índios, especificando seus direitos e deveres, com a finalidade precípua de preservação de sua cultura e a sua integração, de forma progressiva e harmoniosa, à comunhão nacional. Tal legislação é denominada de Estatuto do Índio (BRASIL, 2011).

A mencionada Lei estabelece, em seu artigo 4º, a distinção entre o grau de civilidade dos índios: “Art. 4º - Os índios são considerados: I – isolados; II – em vias de integração; III – integrados [...]”. Também, em seu artigo 2º, prevê quais as atitudes que devem ser tomadas pelo poder público (todos os Entes Federados, e Administração Direta e Indireta) a fim de garantir que se proceda à proteção dos índios.

Juliana Satilli (2005, p. 136) trata sobre as nomenclaturas e definições constantes no artigo 4º, destacando as diferenças existentes entre índios isolados, em vias de integração e integrados, esta que, basicamente, se diferencia pelo nível de contato entre eles e culturas não indígenas. Diz a referida autora:

O art. 4º do Estatuto do Índio estabelece ainda distinções entre índios isolados (quando vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucos e vagos informes por meio de contatos

eventuais com elementos da comunhão nacional), em vias de integração (quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existências comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento) e integrados (quando incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições características da sua cultura).

Acontece que a sociedade em geral e os próprios órgãos públicos desconhecem, substancialmente, a cultura indígena, fator crucial para determinar em qual condição se encontram os silvícolas e, em vista disso, qual o tratamento adequado que lhes deve ser dispensado.

Marcelo Beckhausen (2007, p. 48) ilustra a incapacidade da sociedade moderna em entender os costumes dos índios e respeitá-los como cidadão e como pessoas dotadas de capacidade é tamanha que a própria legislação é tardia e, ainda, sem efetividade, pois

a tutela, na forma como concebida pelo Código Civil e pelo Estatuto do Índio, não existe mais. E incapacidade existiu sim. Os brancos ocidentais nunca tiveram capacidade para entender a diferença cultural existente. Os indígenas sempre foram avaliados, por serem diferentes, como pessoas sem potencial para se desenvolver nos moldes da civilização ocidental. Infelizmente perdura até hoje a análise caricatural que se faz dos índios. Os nossos Tribunais, infelizmente, são provas documentais de tal incapacidade. [...] O multiculturalismo e a plurietnia estabelecidas como um direito pelo Estado brasileiro gera diversas implicações para este, que não se consubstanciam somente no contexto da existência de um direito individual, estendido às comunidades indígenas. Possui uma abrangência maior: acarreta o dever do Estado de prestar políticas públicas adequadas à diversidade cultural. Em outras palavras, os direitos sociais acabam se modelando às práticas culturais das diversas etnias, de forma heterogênea, apropriados para atender as demandas da coletividade, ao mesmo tempo em que respeitam a multiplicidade de identidades culturais, tanto no plano individual quanto coletivo.

Tal constatação resta evidenciada na medida em que se verifica que a sociedade urbana não é capaz de vislumbrar as diferenças culturais e de sopesá-las, de forma diversa, nas condições de igualdade. Essa deficiência gera a incapacidade de serem formuladas legislações que supram as proteções necessárias exigidas pelos índios e que alcancem a todos eles de forma homogênea e eficiente.

Assim, de acordo com o autor aludido (2007, p. 19- 48), para que haja uma efetivação na previsão legal acima discorrida, é categórica a necessidade de que a sociedade brasileira tenha ciência da cultura das tribos indígenas que habitam o território nacional. Somente com o conhecimento de seus costumes e sua cultura é que será possível respeitá-los e lhes dedicar um tratamento humano adequado, a fim de garantir que suas particularidades sejam reconhecidas. Infelizmente, a ociosidade do homem europeu em desvendar a forma de vida do silvícola brasileiro – dentre eles, o índio guarani – levou-o a influenciar toda a sociedade, desde o tempo da descoberta do Brasil até os dias atuais, e a tratar os indígenas com inferioridade e como pessoas indispostas ao trabalho, da mesma forma como ocorreu com os indígenas guaranis.

Grupioni enfoca que a mídia brasileira tem destacado, com frequência, ocorrências sociais envolvendo os índios; entretanto, essa tratativa é superficial e fragmentada, não proporcionando à sociedade uma visão adequada das condições reais e atuais dos indígenas brasileiros. A mídia que, atualmente, é um poderoso meio de comunicação, com influência sobre a opinião social, resume os assuntos indígenas a uma visão humanista, apenas, não logrando êxito em dar enfoque à sociedade indigenista e suas particularidades. Entretanto,

o tratamento equivocado da questão indígena não se resume à escola e aos manuais didáticos. A grande imprensa também encontra dificuldades para entender a complexidade da questão indígena e não tem conseguido dar conta da extrema diversidade e da heterogeneidade de situações, agentes, propostas e desafios das sociedades indígenas contemporâneas. Segundo a

jornalista Priscilla Siqueira (1992), a opinião geral dos próprios jornalistas é que a notícia relacionada com a questão indígena é sempre factual. Sobre ela não há maior reflexão de suas causas e consequências, que se traduziriam por editoriais, artigos ou mesmo as 'suites', ou seja, o tratamento continuado dessas matérias. Nos últimos anos, os índios e seus problemas têm ocupado um pouco mais de espaço no noticiário nacional; por outro lado, a mídia brasileira costuma se mostrar, de modo geral, sensível às causas humanistas. Apesar disso, a cobertura dada pela imprensa aos dramas e problemas vivenciados pelos povos indígenas em contato com segmentos da sociedade nacional é fragmentada e superficial (2001, p. 19).

Segundo o autor, tal dificuldade se deve a várias razões. A primeira delas é que há um grande abismo de comunicação cultural entre os indígenas e os não indígenas no Brasil, pois os índios não dispõem de canais regulares de comunicação e de expressões: passado, presente e futuro são política no cenário nacional.

Pierre Clastres (1990, p. 136) procura desmitificar essa forma de interpretação da sociedade e cultura indígena, referindo que a cultura indigenista deveria ser respeitada, mesmo diante da característica de não visar lucro, o materialismo que, atualmente, se evidencia na sociedade contemporânea com o capitalismo, pois aos índios de nada adiantaria o acúmulo de recursos por constituírem uma sociedade de subsistência. Todavia, o autor relata a cultura minimalista da sociedade urbana em relação aos índios quando trata a sociedade indigenista como sendo primitiva. Mas fica a dúvida quando

o bom senso questiona: por que razão os homens dessas sociedades queriam trabalhar e produzir mais, quando três ou quatro horas diárias de atividade são suficientes para garantir as necessidades do grupo? De que lhes serviria isso? Qual seria a utilidade dos excedentes assim acumulados? Qual seria o destino desses excedentes? É sempre pela força que os homens trabalham além de suas necessidades. E exatamente essa força está ausente no mundo primitivo: a ausência dessa força externa define inclusive a natureza das sociedades primitivas.

Nessa senda, verifica-se que a construção cultural opinativa da sociedade ocidental sobre a cultura dos silvícolas é fator determinante para a efetivação, ou não, das medidas protetivas previstas na Constituição Federal e demais previsões infraconstitucionais que devem ser observadas pela sociedade e pelos órgãos públicos competentes.

No caso em comento, a visão inferiorizadora que a sociedade dispensa aos índios, à sua cultura e ao seu modo de vida implica em reflexos diretos sobre o interesse dela na efetivação dos direitos e da proteção às comunidades indígenas (GRUPIONI, 2001).

Essa espécie de preconceito gera o desinteresse, e a desinformação é consequência lógica e inevitável. Logo, a sociedade não busca obter conhecimento sobre as verdades e os equívocos relativos aos indígenas, permanecendo, então, no desconhecimento, oportunizando a circulação de informações incompletas ou errôneas a respeito dos índios, essas que estão presentes, inclusive, nos ensinamentos didáticos.

A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Na sociedade brasileira, muitas são as questões veiculadas na imprensa, que não correspondem à real situação indígena; bem como nos bancos escolares, sua situação não é tratada com fidelidade. Grupioni (2001, p. 11) discorre sobre essa questão:

O segundo obstáculo está no conhecimento fragmentado e parcial que existe acerca das sociedades indígenas. Apenas metade das etnias indígenas conhecidas já foi pesquisada por especialistas, mas os trabalhos resultantes nem sempre são de fácil compreensão para o público leigo - embora existam exceções. [...] Outra dificuldade reside na forma pela qual a imprensa e os livros didáticos tratam a questão indígena. Muitas informações incorretas são publicadas na imprensa, bem como nos livros que utilizamos na escola. Apesar de alguns esforços mais recentes, os índios continuam sendo pouco conhecidos e são muitos os estereótipos veiculados a seu respeito.

Assim sendo, apesar de haver previsão constitucional de proteção geral aos índios e aos seus costumes, com Lei específica – o Estatuto do Índio –, e demais diretrizes federais, estaduais e municipais, a sociedade e o Poder Público deixam de promover, plenamente, e da forma que lhe competem, a tutela e a assistência devida, mormente, pelo fato de estar intrínseco, há muito tempo, na mentalidade e cultura das pessoas, que os índios não merecerem que lhe sejam dispensadas todas as medidas protetivas previstas, pelos fatos históricos acima relatados, entre outros motivos não menos importantes.

Assim sendo, a sociedade e os órgãos públicos, simplesmente, permanecem, parcialmente, inertes, até que esses indígenas voltem para suas reduções ou apenas saiam do local onde estejam, sem haver plena efetividade dos programas sociais previstos para a sua proteção e assistência (RIBEIRO, 1982, p. 321).

O que deveria ser observado, sem exceções, é a proteção que os índios demandam pelas suas particularidades, pois, na grande maioria dos casos, eles **não possuem capacidade civil plena e sequer o conhecimento da língua portuguesa, de forma fluente. Todavia, tais** valores não implicam estabelecer a superioridade ou a inferioridade de uma ou outra sociedade, no caso, a superioridade da sociedade não indígena em relação à indígena.

Fábio Konder Comparato (1999, p. 185) evidencia que tais desigualdades deveriam ser protegidas diante do princípio constitucional da isonomia, onde todos os cidadãos merecem ser tratados de forma igual, sem quaisquer distinções, haja vista que

as diferenças são biológicas ou culturais, e não implicam a superioridade de alguns em relação a outros. As desigualdades, ao contrário, são criações arbitrárias, que estabelecem uma relação de inferioridade de pessoas ou grupos em relações a outros. Assim, enquanto as desigualdades devem ser rigorosamente proscritas, em razão do princípio da isonomia, as diferenças devem ser respeitadas ou protegidas, conforme signifiquem uma deficiência natural ou uma riqueza cultural.

A grande problemática para a implementação do princípio da isonomia é a imagem deturpada que a sociedade não indígena possui do índio, pois “[...] se o índio passa a se vestir como branco deixa de ser índio. Se o índio viaja para fora da aldeia deixa de ser índio. Se dorme em uma rodoviária para se proteger do frio, deixa de ser índio. Passa a ser branco, mendigo, qualquer coisa [...]”, conforme discorre Beckhausen (2007, p. 80).

Analisando a questão por outra óptica, a presença dos índios nas cidades não desmerece, em nenhum momento, a sua condição, bem como não é sinônimo de que eles estejam perdendo suas identidades culturais (VIDAL, 1983, p. 39).

AS CULTURAS INDÍGENA E URBANA

Havendo o devido respeito e assistência aos indígenas, de parte da sociedade e dos órgãos públicos, surge uma grande oportunidade de trocas de informações entre as culturas – indígena e urbana –, tão diferentes entre si. Destaca-se que os indígenas não são pessoas isoladas. Nesse entendimento, refere Grupioni (2001, p. 8) que,

apesar de suas diferenças culturais, os grupos indígenas atuais têm se dado conta de que compartilham uma mesma história de exploração e de violação de seus direitos mais elementares. A partir da tomada de consciência da possibilidade de construir uma identidade comum (‘ser índio), os grupos têm se organizado e aluado de forma ativa no cenário político nacional. Paralelamente à organização do movimento indígena, cada vez mais têm surgido setores não-índios interessados em apoiar a luta desses povos pela manutenção de suas identidades e de suas visões de mundo. [...] O Brasil ainda não conhece a realidade indígena, e sabe muito pouco a respeito dos índios e de suas sociedades, suas histórias e seus modos de vida. São muitas as ideias equivocadas a eles associadas.

Nessa senda, a possibilidade de integração cultural existente é algo grandiosamente positivo, que deveria ser incentivado pelo Poder Público, pois, como acima referido, a permanência dos índios nas cidades não significa que sua cultura estará fadada ao extermínio, pois a evolução existe em todos os povos e os índios não podem ficar

excluídos de desfrutar das facilidades que o mundo moderno pode lhes oferecer, se eles assim desejarem.

De outra banda, imperioso ressaltar o direito à diversidade cultural que, tanto os indígenas, quanto os demais cidadãos brasileiros, possuem, de forma igualitária e sem ressalvas. Para tanto, necessário se faz destacar que deve haver o conhecimento das diferenças entre os povos para poderem ser geradas condições de eles se respeitarem mutuamente, sem haver exigências de submissão ou de abdicação de certas práticas ou costumes, para fins de serem respeitados. Beckhausen (2007, p. 35) expõe que

o direito à diversidade cultural é uma garantia concedida a determinados grupos culturalmente diferenciados de que suas tradições, crenças e costumes possam ser preservados e protegidos frente a movimentos de interculturalidade, ou seja, ninguém pode ser obrigado a abster-se de possuir suas próprias tradições, crenças e costumes, ou mesmo de ser obrigado a aderir às tradições, crenças e costumes de outros grupos. Trata-se de um direito fundamental de primeira dimensão, cujo titular é o indivíduo e que pode ser oponível *erga omnes* [...].

Sendo assim, o acesso a essa diversidade cultural deveria ser incentivada e promovida pelo Poder Público para que as relações entre pessoas civilizadas e índios pudessem conviver de forma harmoniosa ou, pelo menos, se conhecendo e respeitando. O mencionado autor (2007, p. 39) destaca a importância da pluralidade cultural para a democracia e para o crescimento da cultura social, o que se reflete, automaticamente, no ordenamento jurídico que trata o assunto, que possui grandiosa relevância:

A pluralidade cultural se torna essência indissociável com a pluralidade política. Se torna essência para a própria democracia. E a Constituição brasileira não deixa passar em branco tal situação ao referir o pluralismo político como fundamento da República Federativa. [...] Mas quando se trata das etnias indígenas, que possuem costumes e tradições completamente diferentes da sociedade ocidental, o reconhecimento desta diferença, a nível constitucional, assume uma relevância extraordinária.

Atualmente, apesar de haver uma inclinação positiva, no sentido de apreciar as condições dos índios, esta é superficial e com fins meramente informativos, sem caráter de chamamento da população à questão social que tal notícia representa. Grupioni (2001, p. 20) retrata e analisa tal quadro em consonância com a atualidade:

Nos últimos anos, os índios e seus problemas têm ocupado um pouco mais de espaço no noticiário nacional; por outro lado, a mídia brasileira costuma se mostrar, de modo geral, sensível às causas humanistas. Apesar disso, a cobertura dada pela imprensa aos dramas e problemas vivenciados pelos povos indígenas em contato com segmentos da sociedade nacional é fragmentada e superficial.

Dessa feita, é necessário haver a difusão do correto e adequado conhecimento das sociedades, tanto da indígena para a não indígena, quanto desta para aquela, com destaque para suas peculiaridades, o que fará com que haja respeito às diferenças efetivando, assim, a isonomia e a dignidade humanas. Beckhausen (2007, p. 36) destaca o seguinte:

Por isto, de outro lado, o direito à diversidade cultural é direito que afirma e confirma as tradições, crenças e costumes de uma cultura diante de outras culturas, ou, em outras palavras, é o direito que cada indivíduo possui de ter sua diversidade cultural reconhecida, respeitada e valorizada, elementos indissociáveis para a real efetivação da dignidade humana.

Assim, verifica-se que desde a ocupação definitiva do território rio-grandense por colonizadores portugueses houve a tendência à marginalização do índio Guarani, que passou a ser visto como pessoa indigna a fazer parte da nova sociedade. Tal preconceito passou a ser adotado, também, pelos outros povos que, igualmente, colonizaram, posteriormente, o Estado do Rio Grande do Sul, situação que perdura até a atualidade.

O índios guaranis, após a expulsão dos padres jesuítas dos redutos missioneiros, nunca foram inseridos, totalmente, na sociedade brasileira. Os costumes dos índios, até então, eram mantidos por

eles, uma vez que os jesuítas, de certa forma, os compreendiam e respeitavam. A colonização portuguesa, todavia, não buscou entender as tradições e as formas de vida do nativo missioneiro, uma vez que não havia interesse para tanto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da retórica do momento em que se desfizeram os Sete Povos das Missões, no ano de 1801, diante da conquista do território por Portugal e a consequente colonização, promovida por esse país, por meio de imigrantes portugueses e de outras nacionalidades europeias, verificou-se que os índios guaranis tiveram tolhido o espaço físico onde viviam e desenvolviam sua cultura, intimamente ligada a terra e à natureza.

Diante desses fatos, a maioria dos índios obrigou-se a buscar inserir-se na nova sociedade que se formava, contudo, não foram recepcionados por ela, pois já estava se implementando nela a cultura do desinteresse e da desinformação a respeito aos nativos, suas diferentes tribos, culturas e tradições. Assim, diante da visão minimalista e limitada dos índios e de sua capacidade intelectual, eles foram marginalizados.

Tal comportamento, de parte da sociedade não indígena, desde o início da colonização até a atualidade, não teve alterações significativas, pois o desconhecimento sobre os índios, entre eles, os pertencentes à tribo Guaraní, ainda é vigente, com escassas e limitadas manifestações, principalmente dos veículos de informação, bem como existem poucos estudiosos a respeito desse tema.

Ademais, mesmo havendo regulamentação legal, com a proteção aos indígenas prevista constitucionalmente, e a edição do Estatuto do Índio - lei específica no trato do assunto -, ainda assim o Poder Público enfrenta limitações para a implementação de políticas que, realmente, sejam efetivas na proteção dos índios, tanto em relação ao seu espaço natural, quanto em relação ao momento em que eles se encontram nos centros urbanos.

Sendo assim, somente com um trabalho social efetivo, envolvendo Poder Público, sociedade urbana e índios, poderá implementar-se na sociedade o respeito mútuo entre ambas as culturas, o que somente será possível de ser atingido se for promovido o conhecimento das peculiaridades de cada cultura, o que, conseqüentemente, trará o respeito mútuo, fator que poderá trazer, mormente em relação aos indígenas, maior proteção de suas culturas, tradições e costumes.

REFERÊNCIAS

Artigo **São Miguel das Missões**, publicado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), Brasil, 1997.

BECKHAUSEN, Marcelo. **Direitos indígenas**. Revista Eletrônica PRPE. 2007.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado. Pesquisas de antropologia política**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FLORES, Moacir. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. **Índios no Brasil**. Cadernos da TV Escola. Ministério da Educação. Brasília, 2001.

MACHADO, Olavo. **Santo Ângelo**. Santo Ângelo: Gráfica Jornal das Missões. 1972.

MELATTI, Júlio Cesar. **Índios do Brasil**. Brasília: Hucitec-Edunb. Brasília, 1993.

QUEVEDO, Júlio. **Aspectos das Missões no Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

_____. **Rio Grande do Sul. Aspectos das Missões (Em Tempo de Despotismo Esclarecido)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 4.ed. São Paulo: Vozes, 1982.

SATILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Peirópolis-SP: Peirópolis, 2005.

VIDAL, Lux (Org.). **O índio e a cidadania**. São Paulo: Brasiliense e CPI/SP, 1983.

Artigo recebido em: 03 dez. 2012.

Artigo aprovado em: 02 ago. 2013.
